

## Rankings 2008: é necessário melhorar a informação

O intuito deste texto é apresentar publicamente uma proposta de melhoria da informação que os *media* facultam anualmente à população sobre os resultados dos exames e a “qualidade das escolas”. Para evitar que um destes dias não haja informação nenhuma, por uma progressiva degradação sociopolítica da que hoje existe, terá de haver mais e melhor informação.

São cinco os pressupostos em que sustento esta proposta:

- 1) Está a aumentar rapidamente o caudal de efeitos perversos que resultam sobretudo da confusão gerada entre avaliação de resultados de exames e avaliação da qualidade das escolas (ex. rejeição de matrícula a filhos de famílias pobres e “problemáticas”; imposição de anulação da matrícula no 12º ano, para diminuir o número de alunos internos que podem prejudicar a “fotografia” publicada da escola; )
- 2) A erosão que estes rankings estão a provocar sobre a avaliação (ou as representações) da qualidade das escolas públicas estatais em nada interessa à melhoria da educação no nosso país;
- 3) É possível, há muito que o defendo, melhorar a informação à população acerca da qualidade da rede pública de escolas, estatais e privadas, em nome da transparência e da melhoria do desempenho das escolas;
- 4) A administração educacional, que nunca aceitou de bom grado a apresentação desta informação, em vez de apostar no quanto pior melhor, pode e deve melhorar muito a informação que é disponibilizada;
- 5) A informação que interessaria facultar a todos os cidadãos (esperemos que venha a ser possível) deveria repousar no valor acrescentado de cada escola, ou seja, no valor que cada escola acrescenta aos alunos, entre o momento em que os recebe e o momento em que finalizam os seus cursos.

A proposta resume-se em seis pontos:

1. O ME deve continuar a fornecer os dados relativos a exames dos alunos, por escola e disciplina.
2. A par desta coluna, que apresentará as escolas seriadas pelos resultados dos exames, seriam criadas mais três colunas de informação

complementar, potenciadoras de um olhar mais fundamentado e crítico sobre cada escola.

3. Uma primeira que permita perceber qual a percentagem de alunos que foi submetida a exame no termo dos três anos previstos para a conclusão dos cursos, medindo assim melhor a eficácia e o rendimento escolar global da escola (o que permite perceber não só os resultados dos exames finais dos alunos que os realizarem, mas também o número de alunos que a escola recebeu pela primeira vez no início do ciclo de estudos e que, por qualquer razão, não pode ou não quis “levar” a exame, ou seja o pendor selectivo ou promocional da escola).
4. Uma segunda coluna que nos diga qual a percentagem de alunos que, inscritos no início do ano lectivo no 12º ano, foram “levados” a exame final nacional (podemos averiguar o efeito de “limpeza” que é praticado em muitas escolas, em nome de uma boa imagem nos “rankings”).
5. Uma terceira coluna deve conter um indicador sobre a proveniência socioeconómica e cultural maioritária dos alunos de cada escola, através de uma desagregação em três ou quatro categorias de nível socioeconómico, como já se faz em outros modelos de avaliação de escolas (ex. NSE baixo, NSE médio, NSE elevado e NSE muito elevado).
6. Uma quarta coluna deve conter o resultado decorrente da Avaliação Externa de Escolas, promovida pela Inspeção-Geral de Educação, que começa a contemplar já várias centenas de escolas (podem seleccionar-se aspectos parciais significativos dos relatórios de avaliação).
7. Estas quatro novas colunas devem ser colocadas a par da coluna relativa aos resultados dos exames nacionais, na linha de cada escola, sem qualquer tratamento cruzado.

Deste modo, criam-se novas oportunidades para enriquecer a análise sobre os resultados escolares e poder-se-á proceder a um trabalho mais sério de comparação entre escolas, que evite a proliferação de tantos efeitos perversos e que contribua para proporcionar mais qualidade da educação, mais rigor e exigência, nas escolas da rede pública, estatais e privadas. Resta saber se o Ministério da Educação está disposto a colaborar neste processo ou se apenas está disponível para o inviabilizar, continuando a clamar no

deserto pela defesa das “escolas públicas”, que na realidade são as mais prejudicadas ao fim destes sete anos, em que os sucessivos ministros se limitam a “lavar as mãos” e dar os dados aos *media*. Esta é uma magna questão política, mas é disso que precisamos, de trazer para a *polis* o debate sobre o presente e o futuro da educação em Portugal. Por mais que custe a admitir a alguns, estas questões não são técnicas, são políticas.

Joaquim Azevedo, Conselho Nacional de Educação